

CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ALBINO – UNIFIPA
CURSO DE ENFERMAGEM

Reprodução Assistida para População LGBTQIAPN+ Através do SUS

LARA FERNANDES DE JESUS

LAURA NARDI PARENTE

ORIENTADOR: Prof(a) Dr(a) Aline Fiori dos Santos Feltrin

CATANDUVA

INTRODUÇÃO

Em 1869 o austro-húngaro Karoly Maria Benkert citou pela primeira vez o termo *homossexualidade*. Alguns anos depois, em 1886 o médico católico Richard von Krafft-Ebing descreveu a homossexualidade como uma prática sexual desviante, a intitulado pela palavra *homossexualismo*, com o sufixo -ismo, que indica doença. Apenas em 1894 o termo *homossexual* foi utilizado pela primeira vez por Viveiros de Castro, também com conotação de patologia. Foi em 1973, 83 anos após a criação do termo *homossexualismo*, que a Associação Psiquiátrica Americana decidiu excluir o mesmo da lista de doenças do DSM – Diagnostic and Statistical Manual. 12 anos depois o mesmo seria feito no Brasil pelo Conselho Federal de Medicina, em 1985.¹

Foi apenas na década de 80 que começaram a surgir movimentos sociais dos homossexuais em busca de direitos, reconhecimento e liberdade de expressão. A comunidade passou a se reunir e se identificar por diversos nomes e siglas, que traziam consigo suas identidades. Inicialmente se identificavam apenas como *movimento homossexual*, mas em busca da introdução das mulheres lésbicas, se tornou *movimento GL*, posteriormente GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e travestis), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis), LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queers), e o mais atual, LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, gêneros fluidos e não binárias, onde o “+” inclui toda orientação não heterossexual e toda população não cisgênero que não se identifica como transexual).¹

A sigla LGBTQIAPN+ contempla identidades de gênero e orientações sexuais. A identidade de gênero refere-se à identificação de um indivíduo em relação ao seu gênero, podendo identificar-se pelo gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento, sendo chamado então de *cis-gênero*, ou identificar-se com um gênero ao qual não é o mesmo que fora determinado em seu nascimento, sendo então denominado *transgênero*. O termo *transgênero* traz consigo as identidades transsexuais e travestis. Transsexuais são àqueles que se reconhecem como o gênero contrário que lhe foi atribuído ao nascimento; onde mulheres trans são àquelas que foram definidas em seu nascimento como sendo do sexo masculino, ao qual se refere ao sexo biológico, entretanto, se identificam ao gênero oposto e reivindicam serem reconhecidas como mulheres; e

homens trans são àqueles que foram definidos em seu nascimento como sendo do sexo feminino, ao qual se refere ao sexo biológico, entretanto, se identificam ao gênero oposto e reivindicam serem reconhecidos como homens. Já o termo *travesti*, se refere a pessoas que não necessariamente se reconhecem como homens ou mulheres, sejam cis ou trans, mas vivenciam o papel do gênero feminino. Tem-se também os termos *queer* e *não-binário*, que se referem àqueles que não se identificam ou se enquadram na binaridade de gênero.^{8.}

O termo orientação sexual refere-se à atração afetiva e sexual por outra pessoa, sendo essa, não dependente da identidade de gênero. Dentre as orientações têm-se lésbicas (mulheres que se sente afetivamente e/ou sexualmente atraídas por outras mulheres), gays (homens que se sentem afetivamente e/ou sexualmente atraídos por outros homens), bissexuais (pessoas que se sentem efetivamente e/ou sexualmente atraídas por quaisquer gêneros dentro da binaridade), assexuais e aromânticos (pessoas que não se sentem afetivamente e/ou sexualmente atraídos por quaisquer gêneros), pansexuais (pessoas atraídas afetivamente e/ou sexualmente por quaisquer gêneros, independentemente da binaridade).^{8,9.}

Além das identidades de gênero e orientações sexuais, tem-se também o termo intersexo, que se refere a pessoas cujas quais os órgãos reprodutivos e anatomia sexual se diferem dos padrões femininos e/ou masculinos, antes denominado como hermafroditas.^{10.}

Nos últimos anos a comunidade LGBTQIAPN+ tem recebido maior evidência, conquistado mais espaço na sociedade e seus direitos vêm sendo a cada dia mais conquistados. Há 12 anos, em maio de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) equiparava unanimemente as relações homoafetivas às uniões entre homens e mulheres, onde estas se tornavam por fim, vistas como uma instituição de núcleo familiar, bem como as relações heteroafetivas. Porém, foi apenas em 2013 que o Conselho Nacional de Justiça determinou que os cartórios realizassem as uniões formais entre os casais sem distinção de sexualidade.^{2, 3.}

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) publicou em 2009 o intitulado *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, que traz no item 5.48 de seus eixos estratégicos a “Disponibilização do acesso universal e integral de reprodução humana

assistida às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em idade reprodutiva.” (SEDH, 2009, p. 19) Além disso, o Ministério da Saúde criou em 2013 os *Cadernos de Atenção Básica - Direitos Sexuais e Reprodutivos*, os quais contam com tópicos voltados à promoção da saúde sexual e reprodutiva na diversidade, incluindo a população LGBTQIAP+, e trazendo a importância do esclarecimento profissional acerca da população e a garantia de acesso a seus direitos reprodutivos.^{4,5.}

A portaria nº 3.149 de 28 de dezembro de 2012 determina a destinação de recursos financeiros a instituições que ofertem técnicas de Reprodução Humana Assistida (RHA) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo assegurados os direitos reprodutivos da população homoafetiva, estas obtêm o direito de acesso às técnicas de Reprodução Humana Assistida, bem como casais heteroafetivos que buscam as técnicas de RHA como recurso para constituir suas famílias em razão de apresentarem disfunções reprodutivas.^{6.}

Ainda que possuam direitos garantidos em relação às suas capacidades reprodutivas e de constituir suas famílias, casais homoafetivos enfrentam diversos obstáculos durante o percurso. Os obstáculos começam na limitação de conhecimento dos profissionais de saúde acerca dos direitos desta população e técnicas disponibilizadas pelo SUS, seguindo pela falta de educação em saúde voltada a esta classe social.

O planejamento reprodutivo é uma responsabilidade do Estado, que deve incluir e ofertar todas técnicas e métodos cientificamente aceitos, garantindo acesso de toda população aos mesmos. Atualmente, estão inclusos na atenção à Reprodução Humana Assistida os métodos de Fertilização In Vitro (FIV) e Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides.^{6.}

A FIV consiste em um tratamento em que é realizada a coleta de ovócitos dos ovários, os quais são fecundados em ambiente laboratorial, podendo ser realizado de maneira mais simples onde estes são introduzidos em um recipiente juntamente dos espermatozoides e incubados. Neste processo, a fecundação ocorre de maneira espontânea, semelhante ao que ocorreria no espaço intrauterino.^{7.}

Outra maneira de realizar a FIV é por meio da Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides. Neste método é realizada a coleta de ovócitos dos ovários e o mesmo recebe uma injeção que introduz o espermatozoide em seu interior, realizando a

fecundação de forma totalmente laboratorial. Posteriormente, em ambos os casos, o ovócito já fecundado é transferido para o útero e a gestação segue normalmente.⁷

Desta forma, considerando os princípios do SUS, sobretudo a equidade, que tem como objetivo atender as singularidades de cuidado sem qualquer discriminação, torna-se necessário compreender o conhecimento dos profissionais a respeito da temática, bem como divulgar as informações necessárias para o direcionamento da comunidade em questão na Rede de Atenção à Saúde para a reprodução assistida, sendo fundamental para as políticas inclusivas e para a qualidade do cuidado.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar o conhecimento dos enfermeiros que atuam na atenção primária acerca de métodos de reprodução assistida ofertados no âmbito do SUS e dos direitos reprodutivos da população LGBTQIAPN+.

Objetivos Específicos

Identificar se a subpopulação LGBTQIAPN+ está identificada na APS e se é incluída na abordagem do planejamento reprodutivo.

Identificar lacunas de conhecimento a respeito da abordagem acerca da reprodução assistida no SUS.

Identificar lacunas de conhecimento a respeito da abordagem acerca da reprodução assistida com a população LGBTQIAPN+.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi embasada em revisões bibliográficas, buscando publicações de artigos, cartilhas e portarias realizadas desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 que trouxessem em discussão a garantia dos direitos reprodutivos da população homoafetiva.

Com base nas revisões bibliográficas realizadas acerca do assunto, foram elaboradas sete perguntas com foco em analisar os conhecimentos dos profissionais de saúde da atenção primária sobre a temática abordada na pesquisa. O método selecionado para aplicação destas perguntas foi em formato de formulário eletrônico que foram aplicadas pelas integrantes da pesquisa.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. (BARDIN).¹¹. Uma pesquisa qualitativa é aquela que utiliza métodos interativos, abordando o assunto em foco geralmente por meio de entrevistas ou documentos, onde os dados em grande parte das vezes se encontram em forma de texto.

O Município de Catanduva tem cerca de 123.114 habitantes, e 25 unidades de Saúde para atendimento em Atenção Básica, além de atualmente contar com o serviço ambulatorial de atendimento especializado à população LGBTQIAPN+.

Todos os enfermeiros atuantes na ESF ou EAB do município atenderam como critério de inclusão ser integrante de uma equipe de ESF, EAB ou atuar no ambulatório de atendimento especializado à população LGBTQIAPN+ da cidade de Catanduva.

Os dados foram coletados em duas etapas: por meio de encaminhamento do questionário para profissionais com expertise na área de pesquisa qualitativa e de Saúde Coletiva para sugestões e avaliação do questionário e após ajustes, por meio de entrevistas estruturadas de forma online, por meio de um questionário eletrônico preenchido via formulário online gratuito pelos participantes da pesquisa. As perguntas que compuseram as entrevistas foram elaboradas em três dimensões: a primeira, trazendo questões acerca do conhecimento dos profissionais acerca da RHA; a segunda, com questões abordando o conhecimento dos mesmos acerca da população LGBTQIAPN+; e a terceira, abordando os assuntos em conjunto e trazendo a temática proposta pela pesquisa, acerca da RHA para população LGBTQIAPN+ (anexo 1). Os

entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido para estarem aptos a responder o questionário (anexo 2).

O questionário foi aplicado afim de identificar o conhecimento dos enfermeiros da atenção primária quanto ao conteúdo abordado.

A presente pesquisa não configurou riscos ao público-alvo, uma vez que o sigilo dos respondentes foi mantido, onde os dados foram analisados com a finalidade de examinar os conhecimentos e informações dos profissionais sobre o assunto abordado na pesquisa.

O presente projeto foi submetido ao CEP do Centro Universitário Padre Albino e aprovado sob parecer nº 5.545.827.

RESULTADOS

O questionário foi encaminhado a 3 professores da área de saúde pública e/ou com conhecimento na área de abordagem da população LGBTQIAPN+ e foram realizadas algumas sugestões quanto à clareza das perguntas, as quais foram acatadas e realizadas modificações de acordo com as sugestões realizadas.

O Município de Catanduva tem cerca de 123.114 habitantes, e 25 unidades de Saúde para atendimento em Atenção Básica, além de atualmente contar com o serviço ambulatorial de atendimento especializado à população LGBTQIAPN+, e conta com aproximadamente 40 enfermeiros (as) que atuam diretamente na atenção básica.

Dentre os 40 profissionais atuantes, 32 participaram deste estudo, sendo o motivo das ausências justificado por licenças médicas, férias remuneradas, e outros afastamentos, além dos quais não se disponibilizaram a responder o questionário.

A tabela 1 apresenta as características sociodemográficas, tais como faixa etária, identidade de gênero, cidade e cargo atual dos participantes da pesquisa.

	Quantidade	%
Identidade de gênero		
Feminino	31	96,9%
Masculino	1	3,1%
Faixa Etária		
Entre 20 e 25 anos	9	28,1%
Entre 25 e 30 anos	5	15,6%
Entre 30 e 35 anos	9	28,1%
Entre 35 e 40 anos	6	18,8%
Entre 40 e 50 anos	2	6,3%
Acima de 50 anos	1	3,1%
Cidade		
Catanduva	31	96,7%
Região	1	3,1%

Tabela 1. Características sociodemográficas dos enfermeiros participantes da pesquisa.

Observa-se uma predominância de profissionais que se identificam como sendo do gênero feminino (96,9%) representando quase a totalidade dos entrevistados, bem

como de profissionais com faixa etária entre 20 e 25 anos e entre 30 e 35 anos (56,2% quando somados juntos).

Possuem conhecimento acerca da reprodução assistida para população LGBTQIAPN+.	Não possuem conhecimento acerca da reprodução assistida para população LGBTQIAPN+.	Possuem informações parciais acerca da reprodução assistida para população LGBTQIAPN+.
33,9%	44,6%	21,40%

Tabela 2. Percentual de conhecimento dos respondentes de acordo com questionário aplicado.

Como demonstrado na tabela anterior, (tabela 2), dos 32 enfermeiros respondentes, uma média de 33,9% demonstrou ter conhecimento sobre informações acerca da reprodução assistida para a população LGBTQIAPN+, enquanto aproximadamente 44,6% não obtinham conhecimento acerca do tema. Os demais respondentes (21,4%) obtinham informações parciais acerca da reprodução assistida para população LGBTQIAPN+, as quais serão abordadas na discussão.

Durante a análise dos resultados emergiram 3 categorias, sendo a primeira, a lacuna de conhecimento dos profissionais sobre a reprodução assistida e métodos ofertados no âmbito do SUS. Dentre os 32 respondentes, apenas 3 souberam responder a respeito das técnicas de RHA, e 1 destas evidenciou que conhece àquelas previstas em protocolos municipais:

“Conheço as técnicas previstas em protocolo municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+.” – Enf 1.

A conseguinte categoria expressa àqueles profissionais que possuem conhecimento a respeito da população LGBTQIAPN+, que inclui questões de identidade de gênero e orientações sexuais e identifica a inserção destes em sua área de abrangência. Todavia, alguns relatos enfatizam o conhecimento exclusivamente sobre a orientação de gênero e categorizam que o atendimento desta subpopulação ocorre da mesma maneira que a população geral:

“São pessoas que não se sentem à vontade ou feliz com o sexo que foi designado no nascimento. Tenho, porém são usuários que utilizam o serviço como todos os outros cis-gêneros.” – Enf 2.

“A USF em que atuo tem população LGBTQIAPN+, inclusive uma paciente em RHA, porém realizada na unidade.” – Enf 1.

Na 3ª categoria, pode-se observar que aproximadamente 50% dos respondentes conhecem as orientações a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQIAPN+, embora grande parte não saiba informar os desafios da abordagem a respeito da RHA com a subpopulação em questão, como pode-se observar nas seguintes falas:

“São orientações gerais a serem realizadas no momento do acolhimento LGBTQIA+ A Oferecer atendimento humanizado, tratar o usuário com respeito e desatenção, disponibilizar tempo para uma conversa tranquila, manter sigilo das informações e manter o direito dos mesmos de terem sua família.” – Enf 3.

Além das categorias identificadas já apresentadas, foi constatado que algumas respostas do formulário foram preenchidas com auxílio da internet, em razão de ter sido aplicado de maneira online, como pode-se observar na seguinte fala:

“Algumas ações e programas que merecem destaque nesse sentido seriam: Brasil sem homofobia – programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT (de 2004); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH – LGBT (de 2009).” – Enf 4.

DISCUSSÃO

Uma vez que são os enfermeiros da APS que acompanham os pacientes por todo período e ciclos de vida, faz-se necessário que os mesmos possuam conhecimento acerca da temática abordada, sabendo como realizar a abordagem da população LGBTQIAPN+ para assistência integral do cuidado. Os mesmos devem ter seus direitos à saúde sexual e reprodutiva garantidos, assim como a população geral. Conforme resultados obtidos neste estudo, torna-se evidente por algumas falas que o maior desafio perante à abordagem da RHA com a subpopulação em questão é a carência de conhecimento sobre a reprodução humana assistida e os métodos ofertados no âmbito do SUS.

Consoante ao nosso estudo, grande parte das respondentes da pesquisa se identificam com o gênero feminino (96,9%) e que a faixa etária mais manifestada foi entre 20 e 25 anos e entre 30 e 35 anos (56,2%), bem como em demais pesquisas dentro da área de abordagem, como mostra o estudo realizado por GUIMARÃES (2020)¹².

Ainda em acordo com os resultados emergidos, a primeira categoria observada foi a lacuna de conhecimento dos profissionais de enfermagem a respeito de técnicas da reprodução assistida. Tornou-se evidente a necessidade de aprofundar a abordagem da temática durante a graduação de enfermagem. Em conformidade com os resultados obtidos pela presente pesquisa, podemos observar que os resultados foram semelhantes à demais pesquisas realizadas dentro da temática, que demonstram a escassez de abordagem acerca da reprodução assistida durante a formação dos profissionais, que acabam por buscar informações por meios próprios ou adquirem conhecimento e prática trabalhando na área, e que muitos apresentam apenas conhecimentos rasos e de senso comum, fugindo de aspectos técnicos sobre o assunto, como observado nos resultados de VALADARES, ALVES E BEZERRA (2021)¹³. e QUEIROZ E COLABORADORES (2020)¹⁴.

Dando seguimento aos aspectos categorizados durante os resultados da presente pesquisa, pôde-se observar a deficiência de conhecimento a respeito da população LGBTQIAPN+ e seus direitos reprodutivos, muitas vezes ocasionada pela falha de abordagem durante formação, bem como pela ausência de treinamentos ofertados pelo serviço de saúde. Nota-se que é imprescindível a abordagem da temática em capacitações, treinamentos e que seja realizada a educação permanente em saúde acerca do assunto, como é defendido pelas políticas de saúde para população LGBTQIAPN+. Diversos estudos em torno da temática demonstraram a deficiência de conhecimento dos profissionais acerca do entendimento da população LGBTQIAPN+, das políticas de saúde que incluem os direitos sexuais e reprodutivos desta subpopulação, como

demonstrado pelas pesquisas de ARAÚJO (2020)¹⁵. e de GONÇALVES E LUSTOSA (2019)¹⁶, onde os profissionais relataram que o enfermeiro, em sua formação básica tem pouco conhecimento a respeito do tema, e que não tiveram treinamentos sobre, e que não sabem identificar as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual, além de desconhecerem políticas voltadas à subpopulação, que garantem acesso integral à saúde do indivíduo, incluindo seus direitos sexuais e reprodutivos. Bem como, as pesquisas realizadas por SÁ E BARROS (2019)¹⁷. e SILVA E ALVES (2021)¹⁸, que indicaram o desconhecimento dos profissionais acerca das políticas de saúde para população LGBTQIAPN+, algumas vezes sabendo da existência da mesma, porém não obtendo nenhum tipo de conhecimento acerca da abordagem realizada pela mesma.

Adentrando à terceira categoria deste estudo, temos a avaliação do conhecimento dos enfermeiros da atenção primária de saúde acerca da abordagem da reprodução assistida com a população LGBTQIAPN+, que demonstra a deficiência de conhecimento envolvido com a abordagem que precisa ser realizada, onde os profissionais sinalizaram a dificuldade em abordar a temática. Associado a esta dificuldade, encontra-se o desconhecimento acerca das Políticas Nacionais de Saúde Integral e Políticas de saúde LGBTQIAPN+, já anteriormente citado. As políticas em questão, trazem em debate a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos abrangendo a população em questão, e o desconhecimento de suas delineações implica incontestavelmente na dificuldade de abordagem da temática com a população, fato este, destacado em estudos como de GUIMARÃES (2020)¹².

CONCLUSÃO

No decorrer do desenvolvimento do presente estudo, pode-se concluir que ainda existe uma defasagem que se tornou evidente durante a pesquisa aplicada aos enfermeiros da Atenção Primária em Saúde, no conhecimento acerca da população LGBTQIAPN+, bem como a respeito de seus direitos sexuais e reprodutivos, que englobam a Reprodução Assistida como técnica viável para concepção acessível pelos mesmos.

A escassez de estudos, bem como conhecimento de maneira geral, dos enfermeiros atuantes na atenção primária em saúde influencia de maneira direta o acesso e acolhimento da população. Torna-se irrefutável a importância de ofertar protocolos e treinamentos embasados nas diretrizes do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* e dos *Cadernos de Atenção Básica - Direitos Sexuais e Reprodutivos* para os profissionais dentro da temática, afim de que estes tenham informações e saibam como proceder durante atendimento da população LGBTQIAPN+, melhorando o desempenho dos mesmos e garantindo uma experiência satisfatória a todos usuários.

REFERÊNCIAS

¹Toniette MA. UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE. Revista Brasileira de Sexualidade Humana [Internet]. 2006 [cited 2021 May 8];17(1). Disponível em: https://sbrash.emnuvens.com.br/revista_sbrash/article/view/443

²Mês da Mulher: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas [Internet]. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1>

³Angonese M, Coelho de Souza Lago M. SciELO - Brasil [Internet]. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica; [2017]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/FqFGGyngpCS9xJp4zrZYBcL/?format=pdf&lang=pt>

⁴Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. José de Souza E, editor. 2009; 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1006/1/planolgbt.pdf>

⁵Brasília -DF 2013 1a edição 1a reimpressão [Internet]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf

⁶Ministério da Saúde [Internet]. bvsmms.saude.gov.br. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3149_28_12_2012.html

⁷Bruno Brum Scheffer, José Remohí, Juan Antonio García-Velasco, Pellicer A, SimónC. Reprodução humana assistida. São Paulo: Editora Atheneu; 2003.

⁸Gomes de Jesus J. ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião; dez 2012. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:EKb4cXt3jloJ:scholar.google.com/+orienta%C3%A7%C3%B5es+sexuais+e+de+genero&hl=pt-BR&as_sdt=0,5

⁹Flanders CE. Under the Bisexual Umbrella: Diversity of Identity and Experience. *Journal of Bisexuality*. 2017 Jan 2;17(1):1–6. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15299716.2017.1297145>

¹⁰Barretto L, Carvalho F. PARA ALEM DAS FRONTEIRAS DO BINARISMO: PRECISAMOS FALAR SOBRE INTERSEXO. *Direito UNIFACS – Debate Virtual [Internet]*. 2019 Mar 26;0(224). Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/5937>

¹¹Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.

Unidades de Saúde. Observatório Saúde Catanduva. 2020. Disponível em: <https://observasaudecatanduva.sp.gov.br/atencao-basica/unidades-de-saude/>

IBGE | Portal do IBGE | IBGE [Internet]. Catanduva (SP) | Cidades e Estados | IBGE; Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/catanduva.html>

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde [Internet]. CONSULTA ESTABELECIMENTO - IDENTIFICAÇÃO; Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>

W Creswell J. *Projeto de Pesquisa - Métodos qualitativos, quantitativos e misto*. [Internet]. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf

Guimarães NP, Sotero RL, Cola JP, Antonio S, Galavote HS. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41953/10.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

12. DSpace Home. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41953/10.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

- ¹³Research, Society and Development. View of Nursing in the context of assisted reproduction: an integrative literature review. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22801/20141>
- ¹⁴SciELO - Brasil [Internet]. Nursing work in assisted human reproduction: between technology and humanization. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/zVTbz4svjQsczxqQVvvHd9j/?lang=pt>
- ¹⁵Revista Enfermagem Atual In Derme. Vista do Acolhimento à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na atenção básica. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/637/656>
- ¹⁶Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Vista do ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS RELACIONADO À ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO LGBT. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/314/398>
- ¹⁷Revista Multidisciplinar do Sertão. Vista do SAÚDE LGBT NA ATENÇÃO BÁSICA: ENFERMEIROS FRENTE AO CUIDADO INTEGRAL DESSE PÚBLICO SERRATALHADENSE. Disponível em: <https://www.revistamultisertao.com.br/index.php/revista/article/view/24/84>
- ¹⁸Comunicação em Ciências da Saúde. Vista do Política Nacional de Saúde Integral de LGBT: percepção de enfermeiros da atenção primária à saúde. Disponível em: <https://revistaccs.escs.edu.br/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/512/491>

ANEXOS

- **Anexo 1 – Questionário.**

Reprodução Assistida para População LGBTQIAP+ Através do SUS.

- 1- Você conhece as técnicas e indicações de RHA?
- 2- Como funciona a RHA pelo SUS? Qual o tempo estimado?
- 3- O que você sabe sobre a população LGBTQIAPN+? Você tem em sua unidade essa subpopulação cadastrada?
- 4- Você sabia que as políticas de assistência à RHA contemplam a população LGBTQIAPN+?
- 5- Você tem conhecimento de qual seria a orientação sobre os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQIAPN+?
- 6- Quais são os desafios na abordagem da RHA com a população LGBTQIAPN+?
- 7- Você conhece o serviço ambulatorial de atendimento especializado à população LGBTQIAPN+? Como se dá o trabalho deste serviço e a continuidade do cuidado da população LGBTQIAPN+ na APS?

- **Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**

Termo de consentimento livre esclarecido - TCLE

Esclarecimentos sobre a pesquisa.

Prezado participante: Convidamos o(a) senhor(a) para participar da pesquisa intitulada “**REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ ATRAVÉS DO SUS**” que tem como objetivo identificar o conhecimento dos enfermeiros que atuam na atenção primária acerca de métodos de reprodução assistida ofertados no âmbito do SUS e dos direitos reprodutivos da população LGBTQIAPN+. Para tanto, solicitamos a sua colaboração na pesquisa, respondendo ao questionário que será entregue pelos pesquisadores (que estarão por perto para esclarecimentos que necessitar), com dados de identificação que não revelarão sua identidade e questões relativas ao tema. Informamos que a pesquisa não lhe trará custos e os riscos são mínimos, implicando apenas a possibilidade de desconhecimento sobre o assunto e que poderá se retirar da mesma a qualquer momento que desejar. Ressaltamos também que manteremos o sigilo e anonimato das informações. Você receberá uma via deste termo e estão garantidos o ressarcimento e as eventuais despesas tidas pelo participante da pesquisa e dela decorrentes, caso seja necessário e comprovado, bem como a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão analisados e publicados, garantido o sigilo de seus participantes. Você poderá consultar a pesquisadora responsável em qualquer época, pessoalmente, para esclarecimento de qualquer dúvida. A pesquisadora possui vínculo com o CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ALBINO - UNIFIPA, Curso de Enfermagem, localizada na Rua dos Estudantes, 225 - CEP 15.809 - 144, Catanduva –SP, telefone (17) 3311-3361, (17)991799708 e –mail: alinefiori@gmail.com. Caso queira saber mais informações ou sobre seus direitos contate o Comitê de Ética e Pesquisa CEP-FIPA através do telefone (17) 3311-3229. Desde já contamos com a sua colaboração e agradecemos a sua atenção.

Consentimento Pós-Esclarecimento

Eu, _____,
RG nº _____ declaro que, após leitura minuciosa do TCLE e ter sido convenientemente esclarecido pelo pesquisador, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, consinto em participar na amostragem da pesquisa **“REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ ATRAVÉS DO SUS”** por livre vontade e sem que tenha sido submetido a qualquer tipo de pressão. Assim, consinto em participar do projeto de pesquisa em questão. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Local e data: _____ / /

Assinatura do Participante: _____

Assinatura das Pesquisadoras: _____

- **Anexo 3 – Questionário de esclarecimentos para a pesquisa.**

Reprodução Assistida para População LGBTQIAP+ Através do SUS.

- 1- Você conhece as técnicas e indicações de RHA?
- 2- Como funciona a RHA pelo SUS? Qual o tempo estimado?
- 3- O que você sabe sobre a população LGBTQIAPN+? Você tem em sua unidade essa subpopulação cadastrada?
- 4- Você sabia que as políticas de assistência à RHA contemplam a população LGBTQIAPN+?
- 5- Você tem conhecimento de qual seria a orientação sobre os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQIAPN+?
- 6- Quais são os desafios na abordagem da RHA com a população LGBTQIAPN+?
- 7- Você conhece o serviço ambulatorial de atendimento especializado à população LGBTQIAPN+? Como se dá o trabalho deste serviço e a continuidade do cuidado da população LGBTQIAPN+ na APS?
- 8- O questionário é de fácil entendimento?
 - [] Concordo plenamente
 - [] Concordo
 - [] Não concordo nem discordo
 - [] Discordo
 - [] Discordo totalmente
- 9- O questionário atende aos objetivos da pesquisa de Identificar o conhecimento dos enfermeiros da APS acerca da RHA na população LGBTQIAPN+?
 - [] Concordo plenamente
 - [] Concordo
 - [] Não concordo nem discordo
 - [] Discordo
 - [] Discordo totalmente
- 10- Faça suas considerações e sugestões para melhorarmos o questionário.

- **Anexo 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**

Termo de consentimento livre esclarecido - TCLE

Esclarecimentos sobre a pesquisa.

Prezado participante: Convidamos o(a) senhor(a) para participar da pesquisa intitulada “**REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ ATRAVÉS DO SUS**” como avaliador do questionário que será utilizado na pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido de que o objetivo do estudo é realizar a construção de um questionário de pesquisa para identificar o conhecimento dos enfermeiros acerca dos recursos e da reprodução assistida para a população LGBTQIAPN+ no SUS. A sua participação no referido estudo será no sentido de avaliar as questões e sugerir novas questões ou alterações para favorecer a pesquisa.

Informamos que a pesquisa não lhe trará custos e os riscos são mínimos, implicando apenas a possibilidade de desconhecimento sobre o assunto e que poderá se retirar da mesma a qualquer momento que desejar. Ressaltamos também que manteremos o sigilo e anonimato das informações. Você receberá uma via deste termo e estão garantidos o ressarcimento e as eventuais despesas tidas pelo participante da pesquisa e dela decorrentes, caso seja necessário e comprovado, bem como a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão analisados e publicados, garantido o sigilo de seus participantes. Você poderá consultar a pesquisadora responsável em qualquer época, pessoalmente, para esclarecimento de qualquer dúvida. A pesquisadora possui vínculo com o CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ALBINO - UNIFIPA, Curso de Enfermagem, localizada na Rua dos Estudantes, 225 - CEP 15.809 - 144, Catanduva –SP, telefone (17) 3311-3361, (17)991799708 e –mail: alinefiori@gmail.com. Caso queira saber mais informações ou sobre seus direitos contate o Comitê de Ética e Pesquisa CEP-FIPA através do telefone (17) 3311-3229. Desde já contamos com a sua colaboração e agradecemos a sua atenção.

Consentimento Pós-Esclarecimento

Eu, _____,
RG nº _____ declaro que, após leitura minuciosa do TCLE e ter sido convenientemente esclarecido pelo pesquisador, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, consinto em participar na avaliação do questionário da pesquisa **“REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ ATRAVÉS DO SUS”** por livre vontade e sem que tenha sido submetido a qualquer tipo de pressão. Assim, consinto em participar do projeto de pesquisa em questão. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Local e data: _____ / /

Assinatura do Participante: _____

Assinatura das Pesquisadoras: _____
